

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL**1613
1**Recurso de agravo na apelação n. 308836-8**

Agravante: COMPESA

Agravada: Simone Maria de Oliveira

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Recurso de agravo na apelação. Consumidor. Inscrição indevida. Ausência de comprovação de relação jurídica. Danos morais. Manutenção. Agravo não provido à unanimidade.

1. Em casos como tais, o ônus deve ser invertido nos termos do art. 333, inc. II do CPC c/c art. 6º do CDC, ou seja, competiria à COMPESA provar a existência de relação contratual com a autora a justificar a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, e deste ônus não se desincumbiu.
2. É cristalina, portanto, a conduta lesiva praticada pela COMPESA, por ter agido de forma indevida, incluindo o nome da apelada no rol de maus pagadores, em razão de uma dívida não contraída por ela.
3. Observadas as peculiaridades da hipótese em análise, é adequado o *quantum* indenizatório fixado em R\$ 10.000,00, pois acompanha o entendimento do STJ e das Cortes Estaduais, adotada em situações análogas.
4. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo na Apelação n. 308836-8, no qual figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, em negar provimento, por unanimidade, ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL****Recurso de agravo na apelação n. 308836-8**

Agravante: COMPESA

Agravada: Simone Maria de Oliveira

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto por **COMPESA** contra decisão terminativa de fls. 169/170, de minha relatoria.

Adoto o relatório da decisão agravada, adiante transcrito:

"Ação originária: Simone Maria de Oliveira ajuizou ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais e obrigação de fazer contra a COMPESA.

A autora, ora apelada, narrou na inicial a ocorrência de inscrição indevida do seu nome em órgão de proteção ao crédito, por suposta dívida decorrente de contrato com a COMPESA, o qual jamais fora contratado. Assim, requereu a declaração de inexistência de dívida com a retirada do seu nome do SERASA, danos morais, bem como o recebimento em dobro do cobrado indevidamente.

Sentença prolatada pelo juízo da 31ª Vara Cível da Capital (fls. 90/91): julgou **parcialmente procedente** os pedidos para:

a) Declarar a inexistência do débito apontado na inicial, bem como determinar a demandada a retirada do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito;

b) condenar a COMPESA a pagar à autora indenização a título de danos morais no valor de R\$ 10.000,00, corrigidos monetariamente a partir do arbitramento, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação.

Condenou, ainda, a ré, nas custas processuais e honorários advocatícios, na base de 10% do valor correspondente à condenação.

Apelação da COMPESA (fls. 103/124): Sem Preliminares. No mérito, pugna pela inexistência de danos morais indenizáveis em razão da legalidade da cobrança e, subsidiariamente, pela redução do valor fixado na indenização.

Contrarrazões de Simone Maria (fls. 150/152): pela manutenção da sentença em todos os seus termos."

E acrescento:

Decisão terminativa às fls. 169/170: **negou seguimento** ao apelo, pois manifestamente improcedente e em confronto com a jurisprudência dominante do STJ.

A **COMPESA** nas razões deste recurso pugna pela reforma do julgado, sustentando em síntese, pelo afastamento da condenação por danos morais, e subsidiariamente pela redução do seu valor.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, para conhecer do respectivo apelo, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa, para proferimento de decisão colegiada, dando-se provimento ao presente recurso.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento, independentemente de pauta.

É o relatório.

Recife, 09.11.14,



EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL**

411

Recurso de agravo na apelação n. 308836-8

Agravante: COMPESA

Agravada: Simone Maria de Oliveira

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Voto

Presentes os pressupostos para a sua admissibilidade, conheço do presente recurso.

Em razão da agravante apenas ter ratificado os argumentos expostos na Apelação, verifico que todas as suas alegações foram rebatidas pela decisão agravada às fls. 169/170.

Assim, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Desta feita, reporto-me ao mérito da decisão recorrida, *in verbis*:

O cerne da controvérsia gira em torno da possibilidade de indenização por danos morais gerados com o constrangimento ilegal provocado pela COMPESA e suportado pela apelada, por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito.

A apuração de responsabilidade civil da empresa apelante - COMPESA, na espécie, é objetiva (CDC - art. 14; REsp 820381/DF), não comportando qualquer perquirição acerca de ter atuado com ou sem culpa, bastando verificar a presença do dano, do defeito do serviço e do nexo causal, elementos exigidos pela legislação consumerista.

Em casos como tais, o ônus deve ser invertido nos termos do art. 333, inc. II do CPC c/c art. 6º do CDC, ou seja, competiria à COMPESA provar a existência de relação contratual com a autora a justificar a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, e deste ônus não se desincumbiu.

Por sua vez Simone Maria aduz jamais possuir qualquer relação contratual com a COMPESA, todavia, teve seu nome negativado nos órgãos de proteção de crédito relativo a uma dívida que nunca contraiu.

Outrossim, conforme bem observou a juíza a quo na sentença, as faturas cobradas pela concessionária indicam como usuária pessoa diferente da demandante.

É cristalina, portanto, a conduta lesiva praticada pela COMPESA, por ter agido de forma indevida, incluindo o nome da apelada no rol de maus pagadores, em razão de uma dívida não contraída por ela.

Acerca dos prejuízos advindos da indevida inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, esses não necessitam de comprovação do abalo à honra ou à reputação daquele que foi indevidamente negativado, pois afigura-se *in re ipsa*, isto é, são presumidos, em face de a prova nesta modalidade mostrar-se difícil e pela obviedade dos efeitos nocivos da indevida negativação.

Em hipóteses análogas o STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. REVISÃO DE VALOR. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.** 1. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral deduzido em desfavor do agravante, haja vista a inscrição indevida do nome da parte agravada nos cadastros de proteção ao crédito. 2. **A jurisprudência desta Corte é firme no sentido da desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato da inscrição indevida em órgão de restrição**

ao crédito, operando-se in re ipsa. 3. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Desse modo, uma vez que o valor estabelecido a título de reparação por danos morais não se apresenta ínfimo ou exagerado, à luz dos critérios adotados por esta Corte, a sua revisão fica obstada pelo enunciado da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no AREsp: 148267 SP 2012/0034748-6, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 16/10/2012, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/11/2012) (original sem grifos)

O TJPE:

RECURSO DE AGRAVO - INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - ÔNUS DA CELPE - NÃO COMPROVAÇÃO - INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC - CONDUTA ILÍCITA - DANO MORAL CONFIGURADO - MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 1. Sem a comprovação de que o débito efetivamente resultou do fornecimento de energia elétrica a consumidor certo, se impõe o reconhecimento de sua inexistência. 2. Caberia a Empresa agravante o ônus da prova do fornecimento de energia ao agravado, através do contrato 40033397322. 3. Sem essa comprovação, resta caracterizada a inscrição indevida do nome do autor no Sistema de Proteção ao Crédito e consequentemente a ocorrência do dano moral a ensejar indenização. 3. Manutenção da decisão. (2202620 PE 0001706-87.2011.8.17.0000, Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 17/02/2011, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 39). (original sem grifos)

O TJSP:

Apelação. Telefonia móvel. **Ausência de prova nos autos do contrato firmado entre a ré e o autor** para prestação de serviços de telefonia móvel em que o autor tenha assinado, ônus de que não se desincumbiu a ré - **Não havendo prova do contrato, inexistente débito a justificar o cadastro do nome do autor no banco de inadimplentes e, portanto, indevida a inserção no SPC/SERASA realizada pela ré** Dano moral presumido majorado para R\$ 10.000,00, considerando o patrimônio e a conduta do ofensor, o caráter repressivo e reparador da indenização Recurso da ré não provido e parcial provimento ao recurso do autor para majorar os danos morais para R\$10.000,00, mantida a sucumbência como definida em sentença. (253919120098260405 SP 0025391-91.2009.8.26.0405, Relator: Helio Faria, Data de Julgamento: 31/01/2012, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 06/02/2012). (original sem grifos)

Caracterizada a conduta ilícita, o nexo de causalidade e a existência de dano, é dever legal da COMPESA reparar os prejuízos suportados pela apelada. Portanto, agiu acertadamente o Juízo monocrático ao reconhecer os danos morais.

No tocante ao valor fixado, de fato, para quantificação da indenização por danos morais devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor, d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado.

Observadas as peculiaridades da hipótese em análise, é adequado o quantum indenizatório originalmente fixado em R\$ 10.000,00, pois acompanha o entendimento desta Corte de Justiça, adotada em situações análogas, como exemplificam os acórdãos abaixo ementados:

PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. **INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO E RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATORIO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO A UNANIMIDADE. 1.Uma vez constatado que a inscrição foi indevida, pois as cobranças realizadas foram indevidas, tendo em vista a fraude contratual,**

restam caracterizados os danos morais, surgindo, então, o dever de repará-los. 2. *omissis*. 3. Cabível, desta feita, a reparação. Não houve excesso nem, muito menos, timidez quando do arbitramento da referida indenização por danos morais. Desse modo, sopesando os elementos trazidos, depois de detida análise dos em R\$ autos, verifico **adequado o valor da indenização arbitrada**, mantendo-a **10.000,00 (dez mil reais)**, restando incólume a decisão vergastada. 4. Unanimemente, negou-se provimento ao Recurso de Agravo. (2610448 PE 0005465-25.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, DJ: 10/4/2012) (original sem grifos)

E mais:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVAÇÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REPETIÇÃO DAS RAZÕES. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.** 1. **A negativação indevida do consumidor nos serviços de proteção ao crédito, geram o dever de indenizar, sobretudo quando negativados indevidamente os seus consumidores**, onde a majoração fixada na decisão objurgada atende aos princípios e entendimentos prevalentes nesta Corte de Justiça. Noutra banda, encontra-se desprovido de plausibilidade o recurso aventado, caracterizando-se numa mera irresignação do agravante. 2. **Quantum indenizatório arbitrado nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mantido no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).** 3. Recurso de Agravo Improvido. À unanimidade. (2416377 PE 0010717-43.2011.8.17.0000, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, DJ: 15/9/2011) (original sem grifos)

E também:

CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. **INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DA LINHA TELEFÔNICA PELO AUTOR. ÔNUS QUE INCUMBIA AO DEMANDADO (ART. 333, II, DO CPC). ALEGAÇÃO DE FRAUDE. NEGLIGÊNCIA. CONDUTA ENSEJADORA DE DANO MORAL. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MANTIDO. PRECEDENTES STJ E TJPE. AGRAVO IMPROVIDO.** 1. *omissis*. 2. **A inscrição da demandante em órgão de proteção ao crédito, sem a comprovação de que ela estivesse em débito com a demandada, caracterizou-se em ilícito civil. Considerando a inversão do ônus probatório, caberia à agravante comprovar o fundamento do apontamento realizado em detrimento do agravado**, nos termos do art. 333, II, do CPC, até porque a ninguém é imposto o ônus de provar fato negativo, qual seja, a ausência de contratação. Dano moral configurado. Precedentes. 3. **O montante arbitrado pelo juízo a quo no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) revela-se suficiente tanto em relação à reparação da lesão suportada, quanto à sanção que deve ser imposta à ré, notadamente quando se tem em conta que a negativação indevida perdurou por mais de 3 (três) anos. Princípios da proporcionalidade e razoabilidade.** Precedentes do STJ e desta Câmara. 4. Agravo improvido. Decisão unânime. (2520987 PE 0001701-31.2012.8.17.0000, Relator: Jones Figueirêdo, DJ: 09/02/2012) (original sem grifos)

Portanto, a indenização por danos morais fixada pelo juiz *a quo* não merece reforma deste Tribunal.

Por essas razões, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Diante do exposto, conheço o recurso, mas voto pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática.

É como voto.

Recife,


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator